

Inclusão digital – cada vez mais no centro da inclusão social

Pedro Demo

Pós-Doutorado - University of California at Los Angeles, UCLA, Estados Unidos. Professor titular da Universidade de Brasília (UnB).
E-mail: pedrodemo@uol.com.br

Resumo

Discute-se no início o que seria inclusão social, questionando a tendência de reduzir inclusão social à inclusão marginal. O pobre é acomodado dentro do sistema, mas em sua margem. Esta é a tendência predominante na política social neoliberal. A seguir, discute-se a discriminação digital, em particular aquela agravada pela escola pública. De um lado, analisa-se a exclusão dos alunos mais pobres, mas, que são incluídos na margem, tendo em vista que as novas tecnologias penetram todas as partes do sistema. De outro, analisa-se a exclusão mais ampla alimentada pela escola que não sabe ler a realidade digital e por isso não forma os alunos nesta habilidade. O analfabetismo digital é visto como possivelmente o pior de todos os analfabetismos. A inclusão digital precisa incluir a habilidade de o excluído controlar sua inclusão.

Palavras-chave

Inclusão social; inclusão digital ; Analfabetismo digital; Exclusão digital.

Digital inclusion – more and more in the center of social inclusion

Abstract

This paper starts out by discussing what social inclusion could be, with the purpose of arguing about the tendency to reduce social inclusion to marginal inclusion. The poor is accommodated to the system, but in its margin. This is the prevailing tendency in neo-liberal social politics. Then, digital discrimination is discussed, especially the one aggravated by public school. On one hand, exclusion of poorer students is analyzed. They are included in the margin, having in mind that the new technologies have spread into every part of the system. On the other hand, a wider exclusion is analyzed which is nourished by the school that does not know how to read digital reality and, therefore, no degree is granted on this subject matter. Digital illiteracy is possibly considered as the worst of illiteracies. Digital inclusion has to include ability of the excluded ones to control his inclusion.

Keywords

Social inclusion; Digital inclusion ; Digital illiteracy; Digital exclusion.

SOBRE INCLUSÃO SOCIAL

Inclusão social tornou-se palavra fácil, cujas práticas tendem a ser o reverso. Por exemplo, em educação, inclusão social tornou-se progressão automática, ou seja, imaginando-se favorecer estudantes com dificuldade de aprendizagem, crianças são empurradas para cima de qualquer maneira e logo alcançam a 8ª série, mais ainda não entendem o que lêem. Foram incluídas socialmente? Outro exemplo: famílias integradas no programa Bolsa Família, de certa maneira, melhoram suas condições materiais de vida, mas dificilmente conseguem sair desta situação assistida. É isto inclusão social? Facilmente aceitamos como inclusão social a inclusão na margem. Os pobres estão dentro, mas dentro lá na margem, quase caindo fora do sistema. Continuam marginalizados. O que mudou foi a maquiagem da pobreza. Alguns falam de política social “como efeito de poder” (Popkewitz, 2001), para indicar que, em vez de os programas construírem condições emancipatórias, bastam-se com repasse de restos e isto favorece, ao final, os donos do poder. Em contexto similar, fala-se de solidariedade muito facilmente (Sequeiros, 2002), em especial quando proposta por países e agências financeiras, que, pregando o amor ao próximo, não vão além de atrelar os países mais pobres ao capital internacional. Caufield (1998) coloca na berlinda os “mestres da ilusão” do Banco Mundial, questionando seus programas de combate à pobreza, não só porque os resultados até hoje são pífios, como principalmente porque se trata de solidariedade como efeito de poder (Demo, 2002).

Desde sempre escutamos esta cantilena da distribuição da renda com vistas à inclusão social, sem proveito satisfatório. Primeiro, é muito diferente falar da pobreza em países onde os pobres são minorias, como foi o caso do *welfare state*. No contexto de uma sociedade relativamente igualitária (predominância expressiva de classe média), políticas universalistas são as mais adequadas, porque se supõe que todos têm alguma condição de acesso equitativo. Quando se oferece educação pública gratuita, é a mesma para

todos e de qualidade elevada, e todos podem usufruir razoavelmente. Segundo, outra é a situação de sociedades pobres, nas quais a pobreza é expressiva e mesmo majoritária. Nessas “sociedades de classe”, haveria pouco sentido em tratar aos donos dos meios de produção e os trabalhadores do mesmo modo, porque apenas agravaríamos as desigualdades, à medida que os excluídos seriam ainda mais excluídos. Por isso, oferecendo políticas sociais de qualidade, os mais ricos delas se apropriam, restando para a população mais pobre ofertas pretensamente universalistas, mas que são coisa pobre para o pobre. Terceiro, o desafio não é distribuir, mas “redistribuir” renda, porque, estando renda violentamente concentrada, trata-se de diminuir a riqueza dos mais ricos e elevar as condições sociais dos mais pobres. Não conhecemos políticas sociais efetivamente redistributivas de renda, porque o ambiente neoliberal não permite: podemos distribuir sobras orçamentárias que não comprometam o saque do Estado pela elite (Silva e Silva/Yazbek/Giovanni, 2004).

Neste debate, existe ainda outro ponto a sublinhar. Na discussão francesa sobre exclusão social, aparece frequentemente a idéia de que os pobres seriam, cada vez mais, descartáveis (Demo, 1999). Os países mais ricos, com efeito, já internalizaram esta perspectiva: o Terceiro Mundo, ou, pior ainda, o Quarto Mundo, não despertaria mais qualquer interesse, nem mesmo de oferta de matéria-prima, porque a economia intensiva de conhecimento teria suas próprias soluções tecnológicas. Considero esta visão muito equivocada, porque ofusca a dialética que une, umbilicalmente, pobres e ricos, países avançados e atrasados. Pobreza não é mau jeito do mercado, mera carência material, casualidade, mas produto histórico dialético. O fato de que países pobres se tornem pretensamente descartáveis indica que este produto histórico chegou ao cúmulo do

sarcasmo, mas não desfaz a unidade de contrários. Aproveita-se esta circunstância para lançar a “culpa” pelo atraso sobre os atrasados, encobrendo a dinâmica neoliberal que fabrica exclusão social como marca crucial de sua própria razão de ser. Segue que, diante da exclusão, é mister confrontar-se com ela, não entregar-se ao opressor, porquanto, como dizia Paulo Freire, se o oprimido não se confrontar, adota o opressor. Hoje, inclusão social está contaminada desta malandragem: como regra é arapuca do opressor.

EXCLUSÃO DIGITAL

A “*digital divide*”, como se diz nos Estados Unidos (Withrow, 2004), é problema agudo de países atrasados, mas acomete também vastas camadas em países avançados, porque muitos adultos/idosos não se propõem mais inserir-se na sociedade digital com autonomia. Usam produtos digitais como consumidores (da nova mídia, por exemplo), mas não se dispõem mais a desenvolver habilidades digitais de manejo próprio. Interessa-nos aqui a discriminação digital contra imensos segmentos sociais pobres, situação em geral agravada pela má qualidade da escola pública. Esta questão detém enorme complexidade. Primeiro, não se pode imaginar que, de repente, pudéssemos saltar por cima do atraso tecnológico nacional ou por cima da necessidade de infra-estruturas adequadas. Em muitos interiores, a infra-estrutura é ainda muito precária para abrigar a nova mídia em condições mínimas. Segundo, a inclusão digital na escola depende, em grande medida, da qualidade docente, no sentido de que os professores precisam enfronhar-se definitivamente nesta seara, o que, em geral, a pedagogia e a licenciatura não fazem, sem falar nas condições socioeconômicas adversas.

A tabela 1 sugere, segundo pesquisa da Unesco (UNESCO, 2004), que é muito elevado o número

TABELA 1

Frequência de professores com alguns acessos digitais - 2002.

Fonte: UNESCO, 2004:98.

de docentes que não possuem acesso digital: quase 90% nunca participavam de lista de discussão através do correio eletrônico, quase 60% nunca usavam correio eletrônico, perto de 60% nunca navegavam na *internet*, por volta de 54% nunca se divertiam com seu computador. Terceiro, há de se levar em conta que esta precariedade docente contamina não só alunos pobres, mas igualmente os outros, ainda que em dimensões muito diferentes. Os alunos mais pobres ficarão fora, naturalmente, até porque ainda é impensável ter computador em casa e, muitas vezes, na escola. Ficar fora, entretanto, precisa ser visto dialeticamente, porque, sendo inevitável a penetração das novas tecnologias, os pobres estarão dentro, mas como excluídos. Serão incluídos, de qualquer maneira, na margem. Aparece, então, o desafio do que seria inclusão digital para eles. Como regra, a tendência é considerar inclusão o que não passa de efeito de poder, à medida que se reservam para eles os restos, tais como: equipamentos sucitados, cursos precários, ambientes improvisados, treinamentos encurtados, programas baratos.

Quanto aos outros alunos, a discriminação digital pode ser menos de ordem material de acesso a equipamentos, por exemplo, do que a pobreza do ambiente escolar, cuja linguagem não se coaduna com os desafios digitais fora da escola. Estando mal preparada a escola, continua falando seu próprio latim, à revelia da realidade digital. O aluno perde a oportunidade de aprender a “ler a realidade”, incidindo em outro nível da discriminação digital: embora possa saber lidar com ela, não a sabe ler, no sentido de compreender, interpretar, reconstruir. Não sabe pensar os desafios de uma sociedade e economia informacionais (Lash, 2005).

Sobre este pano de fundo, emergem pelo menos dois grandes horizontes: enfrentar o atraso tecnológico, para não ficar para trás definitivamente; enfrentar a precariedade da escola pública, para não permitir que a população seja incluída na margem. Ao mesmo tempo, há de levar em conta a crítica de O'Connor (2001), quando, discutindo o conhecimento já amalhado sobre pobreza, constata que a pobreza estudada continua mais ou menos a mesma, enquanto os pesquisadores da pobreza vão de vento em popa. A pobreza também tem charme (Demo, 2003)!

O analfabetismo digital vai se tornando, possivelmente, o pior de todos. Enquanto outras alfabetizações são já mero pressuposto, a alfabetização digital significa habilidade imprescindível para ler a realidade e dela dar minimamente conta, para ganhar a vida e, acima de tudo, ser alguma coisa na vida. Em especial, é fundamental que o incluído controle sua inclusão.

REFERÊNCIAS

- CAUFIELD, C. *Masters of illusion: The World Bank and the poverty of nations*. New York: Henry Holt and Company, 1998.
- DEMO, P. *O charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1999.
- _____. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LASH, S. *Crítica de la información*. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- O'CONNOR, A. *Poverty knowledge: social science, social policy, and the poor in twentieth-century U.S. history*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- POPKEWITZ, T. S. *Lutando em defesa da alma: a política do ensino e a construção do professor*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- SEQUEIROS, L. *Educar para a solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos*. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
- SILVA, M. O. e Silva; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.
- UNESCO. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam*. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
- WITHROW, F. B. *Literacy in the digital age: reading, writing, viewing, and computing*. Toronto: ScareCrowEducation, 2004.